



DA INVENÇÃO DO RENASCIMENTO: AS QUERELAS DO NASCER DA IDADE MODERNA EUROPEIA

ON THE INVENTION OF THE RENAISSANCE:
THE QUARRELS ABOUT THE BIRTH OF THE MODERN EUROPEAN AGE

Francisco de Assis de Sousa Nascimento¹
João Vitor dos Santos²

RESUMO

Partindo do desenvolvimento do conceito de modernidade sob a luz do Renascimento, este artigo tem como objetivo localizar a sociedade moderna, levando em consideração seu espaço-tempo social, mental, político, religioso e cultural como uma temporalidade dotada de continuidades dos efeitos do medievo. Em seus meandros, o trabalho exhibe panoramas que envolvem o emergir da Idade Moderna a partir da perspectiva que desmistifica a ideia do movimento renascentista enquanto um caminho que viabiliza transformações abruptas naquele contexto, pondo à prova a suma atmosfera de rompimento e total ensejo de distanciamento à chamada “Idade das Trevas”, próprias do século das luzes, inoculadas no imaginário popular especialmente durante os séculos XIV, XV e XVI. Para isso, partimos das visões de nomes como J. Delumeau, P. Anderson, R. Chartier e N. Elias, para traçar uma análise que encara a Idade Moderna não como um recorte temporal que se aparta do fluxo histórico na ambiguidade da caracterização entre “luz” e “sombra”, mas que o insere na linha do tempo das heranças da medievalidade europeia.

Palavras-chave: Idade Moderna; ruptura; continuidades.

ABSTRACT

Starting from the development of the concept of modernity in the light of the Renaissance, this article aims to locate modern society, taking into account its social, mental, political, religious and cultural space-time as a temporality endowed with continuities of medieval effects. In its intricacies, the work displays panoramas that involve the emergence of the Modern Age from the perspective that demystifies the idea of the Renaissance movement as a path that enables abrupt transformations in that context, putting to the test the ultimate atmosphere of rupture and total opportunity for detachment from called “Dark Ages”, typical of the century of enlightenment, inoculated in the popular imagination especially during the 14th, 15th and 16th centuries. To do this, we start from the views of names such as J. Delumeau, P. Anderson, R. Chartier and N. Elias, to outline an analysis that views the Modern Age not as a temporal cut that separates itself from the historical flow in the ambiguity of the characterization between “light” and “shadow”, but which places it in the timeline of the legacies of European medievality.

Keywords: Modern Age; break; continuities.

¹ Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Coordena o Curso de Licenciatura em História, do CEAD (Centro de Educação Aberta e a Distância) e os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI.

E-mail: franciscoufpi@gmail.com

² Graduando no curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID; Pesquisador voluntário no Programa de Iniciação Tecnológica e Inovação – PIBITI.

E-mail: joaovsantos146@gmail.com



INTRODUÇÃO

Entendida como trecho do espetáculo no qual se mostra o decurso histórico-narrativo, difundido e idealizado, a Renascença é colocada como prólogo que antecipa e insere auroras ladrilhadas pelas pinceladas de Botticelli, Da Vinci, ou esculpidas pelas mãos do próprio Michelangelo; é o romper com a noite tipificada na alcunha das “trevas medievais” mostrando-se luz que transpassa a janela nas primeiras horas da manhã de um novo dia. Certamente a descrição supracitada é o modelo referencial que viaja a toda velocidade e se estabelece frente ao contato de apreciação — quase como se estivesse diante uma obra de arte — daquele que observa e/ou imagina aquilo classificado temporalmente como posterior ao medievo; do próprio nome se constrói a ideia e muito longe deste mesmo nome se finda: o “renascer” mais que dá conta do recado, espelha — mesmo indiretamente — o renascer de Cristo frente à morte e sua ascensão aos céus — tal qual um período que das trevas se distancia e se eleva à uma nova unidade que transpassa os paredões que cercam o feudo e suas imediações —; todavia, se algo pode sobressair a concepção imagética do alvorecer de toda uma Era, esta certamente é o poder de construção de si mesmo e a análise de sua fixação e perduração no âmago popular ao decorrer do tempo.

Das luzes do século XVIII provém o anseio pelo distanciamento daquilo que se liga ao intangível; do iluminismo filosófico resplandece o racionalismo científico e questionador, e é deste contexto, portanto, que desdobram-se ópticas históricas em direção a um período. O caráter mais racionalista que envolve o auge do setecentos é metódico demais para deixar escapar por quaisquer mãos uma explicação que o esclareça e lhe dê origem plausível; a própria máxima de Lavoisier expressa a necessidade da discussão do que se provém: “nada se cria, tudo se transforma”³. De transformações baseia-se o plano iluminista racional do qual as mentes do XVIII se encontram e, a visa de estabelecer ponto chave para a transformação primordial que explicita sua condição, vêm no século XV o sobressalto vital para o desenrolar do processo uma vez que a estabelecem como ponto estratégico entre o câmbio que lhes mais afeiçoa em detrimento do exemplo daquilo que lhes repudia — neste caso, o culto ao intangível e sua ação sobre as diversas instâncias da vida comum, personificado na ideia da irracionalidade acometida ao medievo.

Conferindo ao quatrocentos (mais especificamente, ao seu final) o marco divisor de águas de todo um decurso, constrói-se a ação de um distanciamento que passa para a concepção histórica enquanto pauta e ensejo coletivo intrínseco ao período. Importante é

³ A máxima de Lavoisier (1743-1794) diz respeito aos seus experimentos com o oxigênio no processo de combustão, donde o químico explica que em uma reação de substâncias químicas os elementos não são perdidos, estes são transformados em novas propriedades a partir de um rearranjo atômico, descartando hipóteses que defendem gênese primordial de algo ou alguma coisa.



exclamar, contudo, que divisões espaço-temporais são projetos característicos de temporalidades posteriores impondo classificação àquelas anteriores, pois os atores de movimentos históricos recentes quase nunca percebem que se distanciam ou se aproximam de algo diferente visto a similitude e a agnição mental do olhar para com o mundo circundante — exceto quando aquelas particulares situações de transformação extrema denominadas "revoluções" fazem-se valer, sendo mesmo estas fruto do lento reconhecimento do ambiente por parte dos indivíduos que, posteriormente, levarão ao seu estopim.

Assim sendo, a invenção do sentimento de repulsa que norteia todo o cerne de um renascimento que inspira-se na arte, na cultura e no pensamento greco-romano é nada mais que a própria sentença primária desta oração. Pensar sob este viés naturalmente diz mais sobre o criador do que sobre a criação. É próprio da origem inventiva que — verdade seja dita — fazem bom uso de fatos e circunstâncias verídicas, mas as articulam de maneira que, analiticamente, deixam espaços sem respostas: como os próprios contemporâneos poderiam se distanciar de algo que nem se quer percebiam que estavam deixando para trás? Longe da régua que estabelece divisões arbitrárias, o mundo ainda era mundo para as pessoas do século XV, assim como fora mundo para aquelas do XIV, XIII, XII... se algo renascia, estas não foram capazes de vislumbrar o tal futuro pelo simples fato de estarem imersas em seu "agora".

ENTRE A CRUZ, A COROA E O ANTROPOCENTRISMO SOCIAL

Se o olhar para o alvorecer da Idade Moderna é enviesado nas questões que o configuram enquanto rompimento com o contexto passado, a narrativa dá maior corpo à perspectiva à medida que a disposição dos eventos ocorridos é enfocada e replicada nos mais diferentes espaços de estudo. O excerto temporal delimitado pela alcunha moderna para fins metodológicos não compete a um ou outro setor do todo planejado, estendendo-se, porém, em todas as esferas institucionais do tempo-espacial disposto; assim sendo, o que prescreve o Renascimento não é a ideia do abalo a campos pontuais, mas o arrojarse no âmbito das macroestruturas tangíveis e intangíveis. Desta forma, o Renascimento só é entendido enquanto movimento de ruptura maior porque é delegado às diversas instituições sociais existentes roteiros de mesmos movimentos de apartamento singulares, cada um à sua alçada, formulando a construção de algo maior. Da narrativa que se faz em torno da segregação de dois mundos, vale a análise de seus pontos principais.

Indubitavelmente, a Reforma Protestante é fenômeno característico do planejar de uma nova visão de mundo por parte do homem e se faz tão essencial pelo fato de nascer de



si o questionamento da proporção mais íntima e tão ligada ao medievo: a fé. O trato com tal elemento cria, por si só, a persistência da ideia de um impacto extra circundante de visões que deflagram novas ordens, que incitam o pensar da desassociação cognitiva para com a vertente dominante — aqui, o catolicismo — ao ponto de renegá-la desde suas entranhas; a Reforma impele o entendimento de uma nova estruturação que dê novo rosto, nova luz e conserve não mais que o sustentáculo de suas pilastras — nesse caso, a crença no Filho do Homem — afora, demolindo e remodelando arabescos, vitrais e abóbadas epistêmicas; mas longe do retrato revolucionário que a temática traz, os eventos que dão vazão ao fenômeno originam-se no próprio seio clerical. Balizada em crises internas, o impacto que a Igreja recebe da transição do medievo para a modernidade é fruto, tão somente, de seu eixo íntimo; o Grande Cisma do Oriente e o distanciamento funcional dos membros do clero para com suas obrigações sacerdotais⁴, por exemplo, evidenciam que as fissuras de uma irrupção — a ser melhor vista quando da materialização das teses de Wittenberg — não se dá tão somente por fatores externos, mas daqueles oriundos da própria instituição, em decorrência de graves e sucessivas indiferenças aos problemas do próprio edifício clérigo-conceitual que culmina numa crise epistemológica:

Aí encontramos frequentemente padres cheios de brutalidade, envolvidos em querelas e dados ao concubinato. E mais ainda: são pouco instruídos e muito pobres, especialmente no campo, pois os beneficiários são absentistas e fazem-se substituir por servidores a quem pagam o mínimo possível. É vulgar o padre ter de trabalhar para viver; às vezes 'vende' os sacramentos. *Os locais de culto estão mal conservados, as bases da religião são mal ensinadas, os sacramentos são pouco e mal distribuídos.* J. Toussaert provou, num livro capital, que numa região tão cristã como a Flandres se oferecia aos fiéis — massa bruta e ainda de instintos muito pagãos — 'um cristianismo a 80% de moral, 15% de dogmas e 5% de sacramentos. Os bispos esquecem cada vez mais que o seu nome 'significa labor, vigilância, solicitude' (Erasmus). Frequentemente recrutados na nobreza, voluntários da guerra na Alemanha e, noutros sítios, conselheiros atentamente ouvidos pelos príncipes — de 1436 a 1444 houve seis bispos no conselho de Carlos VII —, não tem escrúpulos quanto ao absentismo e esquecem o dever de visitar as dioceses. *Quanto mais se sobe nos escalões da hierarquia maior parece o escândalo.* Numa Roma corrompida pelo luxo do Renascimento, os cardeais são, mais que nunca, os 'sátrapas, montados em cavalos ajazados a ouro, que pouco falta para que sejam também ferrados a ouro...', como já Petrarca reprovava. (DELUMEAU, 1983, p. 125 — grifos nossos)

⁴ Em "A civilização do Renascimento" (1983) Delumeau aponta que destas sucessivas crises da Igreja, o desamparo clerical faz-se presente na população e a soma ao contexto de pestes, guerras e fome, são responsáveis pela criação de uma atmosfera de pânico e responsabilidade para com o contorno da realidade mediante a fé, fenômeno que acometeu mesmo o monge Lutero.



A caracterização de Lutero como visionário do movimento que questiona a edificação sacra milenar é, nada mais, que “caricaturização”⁵ do herói que assimila e dá feixe a um processo de raízes maiormente profundas do que realmente mostra-se, traz apelo à figura de um reformador “a frente de seu tempo” de conceituação e de reformulações dotadas de inovação e aperfeiçoamento que em nada, ou quase nada, assemelha-se ao revestimento ocular de outrora. É certo que as convicções de salvação pela Fé e pela Graça apartam-se da famigerada compra e venda de indulgências, entretanto, ao adentrar o campo das mentalidades do qual indivíduo nenhum foge, o próprio Lutero — e principalmente Lutero — sendo membro do corpo eclesiástico da instituição, mostra limites ao pensamento reformista, limites estes muito comuns ao pensamento e convicções do período e que, por sua vez, também são reflexos do medievo não tão distante:

Dir-se-ia que o reformador, como um típico representante da transição do medievo para a modernidade, por um lado mantinha a velha tradição escolástica de considerar a mulher como um ser humano inferior em decorrência do pecado original. Mas por outro lado, trazia como inovação a doutrina do sacerdócio universal do cristão que nivela homens e mulheres diante de Deus comissionado-os igualmente para a vocação cristã, para o serviço divino, estendido a todos os cristãos independentemente do gênero. Das ambiguidades vividas por Lutero, tem-se como consequência a inexistência de mudanças substanciais no pensamento reformado sobre a mulher, no século XVI. (SILVA, 2015, p. 164)

A perspectiva não apenas sacerdotal, mas social, que toca a visão para com as mulheres é exemplo desta inter-relação entre passado-presente e as continuidades estabelecidas que perpassam as vicissitudes temporais. A Reforma Protestante propunha novos direcionamentos e novas maneiras de ater-se ao sagrado necessário e urgente, reforma o aspecto tradicional de então atingindo os pontos letais da ferida epistemológica que acometia o distanciamento da funcionalidade plena das instâncias eclesiásticas — o que tange a salvação enquanto ponto central; o papel do clérigo, fundamental; o casamento, primordial (ULRICH, 2016, p. 87) — mas apenas superficialmente volta o olhar à condição feminina dentro de todo o processo, elencando-a aos mesmos regimentos já destinados. Em máxima das ações, a Reforma dá à mulher o papel de administradora (não mais apenas dona de casa, mas nunca provedora) do lar, mas ainda sob o horizonte androcêntrico da culpabilidade de Eva ainda caro ao monge alemão (SILVA, 2015, p. 164). Apesar do reconhecimento concedido às figuras femininas contemporâneas e da participação ativa nos processos da Reforma Protestante, Lutero, o reformador, era acima de tudo “um homem do seu tempo” (ULRICH, 2016, p. 75).

⁵ Aqui dando caráter verbal ao sinônimo “caricatura”.



Se porventura ousa-se imbuir tonalidade que possa colorir este tempo mencionado cujos ares do divisor de águas o faz incapaz de ver-se a si próprio, dourado certamente seria a cor ideal, não somente pela ostensiva e ambígua voracidade dos arabescos, das flores de lis e dos anjos esculpidos em ouro maciço típicos do barroco e rococó, nem tão somente pelo mercantilismo que aflora um capitalismo primitivo, mas por aquilo que lhes dá sentido e é régua e símbolo de suas ações — o dourado da coroa, ascendida, vitalícia, reinante de forma absoluta, a qual mantém-se pelas configurações políticas da centralização governativa, contudo também é herança das estruturas da Idade Média.

Claro retrato do medievo decerto é a simbólica lembrança do feudo senhorial, cuja melhor representação é a de que estes núcleos urbanos dispersos por territórios são de administração própria e apresentam cada qual suas particularidades e regimentos definidos pelo nobre senhor vinculado aos laços vassálicos que o compete. Nesse sentido, cada feudo é único e possui definições individuais condicionadas à distribuição espacial, à moeda etc. A relação de suserania e vassalagem que move a questão feudal tem sua dinâmica de poderio lastreada em dois domínios perpendiculares — o território e o mando — que o raiar da Renascença buscará confluir em unidade régia e compenetrada: se ao suserano o poder de mando e reconhecimento de sua pessoa a todo o território lhe escapa pelas mãos, uma vez que é obstruído pela figura do nobre vassalo, sua aptidão diante do Renascer será a sua elevação feita por meio de uma unificação e centralização das atenções, dos poderes e dos fatos para cada vez mais próximo de si. Sim, os reis, ou nobres de patente mais alta, continuaram a existir mesmo no período medieval, mas a cada elo suserano-vassalar que se moldava menor era sua influência às margens, caindo em profundo sono pelo milênio decorrente — acordando, no entanto, ao nascer do pujante sol da nova Era.

O absolutismo é justamente essa concentração de poder realizada por este rei, ou nobre maior, o qual destitui das mãos dos senhores feudais o poder pontual e o aglutina nas suas próprias. A priori, a transferência de autoridade e controle sobre determinado espaço pode parecer abismo organizacional ao período feudal; da nova estrutura, novas repartições e novos atores dirigentes dão a entender a constituição da novíssima ordenação, o que não acontece. De fato, a concentração administrativa e a tentativa de uniformização do território em suas várias facetas mexem com disposição corporativa do ambiente, todavia alterações acentuadas não se mostram efetivas principalmente no que diz respeito à classe dirigente (ANDERSON, 2004, p. 26).

Se o absolutismo é por excelência contrário à divisão do poder maior em pequenos núcleos tal qual deu-se o feudalismo, ele é, em contrapartida, por excelência também continuador das práticas feudais em certo nível dispostas. Aos nobres senhores, o poder de



mando pode, em graus de imediaticidade, ter sido diminuído, todavia o prestígio em torno de si aumenta e reafirma-se mesmo que em outra configuração. Esta perspectiva antitética ganha melhor forma e se faz palpável quando evidenciado que, no cunho da formação destas primitivas máquinas administrativas eficazes, o fenômeno da especificação das questões burocráticas promove a institucionalização dos setores que geram cargos dentro de suas engrenagens competentes a serem ocupadas por estes mesmos; ou seja, a burocratização do sistema administrativo leva a criação de cargos de autoridade (logicamente subordinado ao rei) responsáveis pelo pleno funcionamento, cargos estes destinados à mesma parcela que sempre compreendeu o poder e a notoriedade social: a nobreza, a mesma nobreza que hereditariamente se mantém no alto da pirâmide social, mantendo as benesses — como a isenção de impostos ainda contínua — justificados pelo privilégio de se ter nascido com sangue azul (DELUMEAU, 1983, p. 273). Portanto, ainda que seja novo o conceito da maior verticalidade do poder formado por uma figura una, reestruturando uma gama de instituições, o absolutismo (em essência) mais conserva os princípios feudais do que os modifica, tendo em vista que suas bases administrativas e os responsáveis por esta regência ainda é a classe dominante econômica e politicamente de outrora, a mesmíssima “aristocracia feudal” (ANDERSON, 2004, p. 18).

Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado*, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional — não obstante e contra os benefícios que elas tinham conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações. (ANDERSON, 2004, p. 18 — grifos do autor)

Sendo a descentralização governativa clássica da condição feudal substancializada nas conformidades e acordos próprios, inviabiliza-se um tal princípio geral; entretanto, entender o sentido único da ideia de “formação dos Estados Nacionais” — braço direito do elemento renascentista — é debruçar-se sobre a máxima de que *Estado* é sinônimo de ordem, regimento, e tal ordem, tal regimento, necessitou-se instalar no meio utilizando como alicerce o resgate dos princípios diretos do direito romano. A centralização que, por excelência, o absolutismo é se dá pela tamanha articulação de engrenagens que giram a favor de si e dos seus; para o funcionamento de um Estado moderno a dita ordem precisa valer e esta sucede através de leis.

Na relação de imposição e fortificação do poder, donde máquinas administrativas inteiras são formadas e uma jurisprudência voltada à concentração dos ditames e privilégios é formada, também, em concomitância ao capitalismo insurgente, ao passo que também retroalimentam-se, os regimentos que concentram estruturas validadas do ponto de vista da influência e dos recursos alicerçam a condensação do controle sobre a massa: o reforço de



perspectiva em relação à propriedade privada e a figuração do soberano enquanto representação do Estado, por exemplo, suprimem as possibilidades de liberdade da base da pirâmide hierárquica — assoma-se ao fato de que, por trás das instituições burocráticas da condução nacional, doutos ganham espaço e a estes parcela de poder simbólico tangente as mentalidades personifica-se.

O Direito Romano é, pois, garantia de permanência e conservação das partes do todo social, legítima de forma escrita um Estado de Direito e reconhece a mão deste atuando nos mais variados âmbitos, é, pois, importante arma intelectual de um projeto de integração territorial e centralismo administrativo (ANDERSON, 2004, p. 27); no mais, é institucionalização da relação de poder material e imaterial. A partir desta institucionalização jurídica que permeia o contexto, repartições organizacionais são reformulados, logicamente, garantindo o funcionamento do todo; assim, questões referentes ao exércitos — responsáveis pela ordem⁶, conquista e expansão da maior riqueza legitimada, a terra —, à burocracia — e sua conceituação calcada na melhor disposição para o funcionamento da máquina administrativa, donde suas cadeiras são ocupadas pela mesma classe nobre que conserva as estruturas —, à tributação — privilegiando ainda a aristocracia e o clero a partir da isenção de impostos que recaia sobre os menos abastados a diferença —, ao comércio — emergido no contexto mercantilista e em todas as suas vicissitudes — e à diplomacia — ainda embrionária nas recentes configurações da modernidade — não distanciam-se do propósito intrínseco ao período, tendo em vista que estas são estrategicamente necessárias na composição utilitária do funcionamento do sistema.

Politicamente, o reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala europeia, a determinante *primordial* da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos poderes. [...] Se o ressurgimento das noções de propriedade quitária ao mesmo tempo traduzia e fomentava expansão geral da troca de mercadorias nas economias de transição da época, o revivescimento das prerrogativas autoritárias do Dominato expressavam e consolidavam a concentração do poder de classe aristocrático num aparelho de Estado centralizado que constituía a reação da nobreza àquele processo. (ANDERSON, 2004, p. 26-27 — grifos do autor)

⁶ O referido conceito de ordem vai além do estabelecimento de padrões a ser seguido pelos indivíduos imersos nos respectivos lócus sociais. Formado basicamente por mercenários contratados, a ordem concentrada na figura do exército passava pela questão de assegurar a paz interna do povo para com o governo, daí a necessidade de manter a população longe das armas e do sentimento utilitário proporcionado pela força do conflito, estratégia que pode muito bem ser vista pela óptica foucaultiana da construção e estabelecimento do poder.



O Direito Romano resgatado, no entanto (à guisa de recordação), não apenas se estabelece o cerco necessário à centralização dando-lhe suporte jurídico para a implementação das diretrizes ordinais; este ideário, sobretudo, dá vazão ao ordenamento de novas perspectivas dentro do enquadro de um mercantilismo que insurge. Esta primitiva fase do capitalismo mostra relativa influência⁷ na dinâmica política e isto é verdade, todavia não apresenta potência decisiva e regimental que eleve suas vontades, o favoreça e se imponha novo édito, pois, lembremos: a classe detentora do poder político e econômico ainda é a aristocracia; e por mais que uma nova classe social esteja emergindo do comércio e, pouco a pouco, reformulam as posições de trabalho já em plena modificação em relação ao contexto medieval⁸, não se pode dizer que o renascimento é desde sua natividade burguês pelo simples fato de que a coroa e o prestígio encontram-se na cabeça e na simbologia de um nobre e não de um comerciante qualquer.

Não obstante, esta forma remota de capitalismo que infere-se no meio de roupagens mercantis e, principalmente, este indivíduo envolto nas transações econômicas tirando máximo proveito delas — o comerciante ativo — se não é capaz, por hora, de revoluções políticas, por outro lado, tem papel nas disposições sociais e culturais da época. Dos mecenas aos banqueiros, vai-se instalando uma massa de futuros “senhores do capital”, provedores da riqueza e pobres de prestígio legítimo, são “donos do dinheiro”, mas o que vale tão somente sem o sangue azul que o aparta, diviniza, eleva? Ao povo comum, pobre, sustentáculo da pirâmide, instala-se a ambiguidade do máximo reconhecimento e respeito à aristocracia sempre evidente, ao passo que começa a perceber também naquele que se engrandece de fortuna um certo valor. Doravante esta constatação, a nobreza traça novos códigos, signos e simbologias capazes, paulatinamente, de os diferenciar e sobressair-se àqueles que, porventura do cenário, ousam aproximar-se e pôr em xeque a exclusividade preponderante.

Por certo, a classe insurgente do meio capital foi agente motivador da elaboração de modernas práticas distintivas que moldaram o reconhecimento da notoriedade social à medida que esculpíram escada estratificante para se ser reconhecido como dignos de láureas. Como saída, a simbologia aristocrática desenvolvida consistia na readequação e no polimento de suas próprias ações, a auto-lapidação dos gestos, do falar, do agir, do portar-se, era feita de forma a igualar-se a um espetáculo teatral, roteirizado, onde cada qual sabia

⁷ Anderson (2004) evidencia que relações próximas entre comerciantes e a coroa foram estabelecidas, desde o financiamento de propostas até um cargo ou outro dentro das engrenagens burocráticas.

⁸ Neste caso, o declínio da mão de obra servil típica do modelo feudal em contraposição àquela mais ou menos aos moldes do capitalismo primitivo.



quando e como mostrar presença — a exemplo, a corte de *Versailles* e todo o código de etiqueta delineado por Phillipe de Orleans, irmão de Luís XIV, fez da monarquia francesa centro das atenções que dizem respeito à moda e às tradições protocolares definidas pelo luxo —, por conseguinte, a estratificação social passou a contar com mais um tipo de capital balizador de eminências, não podendo ser comprado — como os títulos passaram a ser — mas unicamente absorvido, possuindo aspectos singulares do qual a naturalidade de seu reconhecimento e usura denuncia o indivíduo que não pretende-se englobar:

O que realmente determinava a qualidade de nobre era o estilo de vida, isto é, quem agisse como nobre seria nobre. E ser nobre não era tarefa fácil, era necessário seguir uma série de rituais, do qual toda a espontaneidade de gestos não convinha, pois estragaria o espetáculo em que se tenta converter em cotidiano. Isso pode ser observado durante as refeições do rei, que se elevou de uma simples função banal do cotidiano para um espetáculo ritualístico, da qual toda a corte se imobiliza, para observá-lo enquanto ele come sozinho ou com a família real. (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2018, p. 461)

Não apenas na arte a valorização da beleza e o culto à forma sobrepõem-se na cultura temporal, a pompa e circunstância planejadas no olhar agora voltado para as ações do homem também configuram-se nas práticas antropocêntricas inevitáveis ao momento e, nesta questão, tal valor e referência não limita-se aos artistas ou aristocratas, mas (de certa forma) estende-se aos valores sociais comuns — apesar de, sim, ser produto direto dos ateliês e do meio palaciano. O olhar para o Homem e suas ações distintivas vão muito além da tentativa de diferenciação pautada em como segurar os talheres ou pronunciar as vogais e consoantes de uma palavra⁹, o cuidado transpassa a forma e atinge maior equivalência quando as ações fogem ao projeto estilístico e passam a englobar as percepções do que é bom e do que é grotesco no convívio em sociedade, elencando padrões de civilidade e barbárie dos corpos e das atitudes.

No período da aristocracia de corte, as restrições impostas em relação às pulsões estavam baseadas na consideração e no respeito aos superiores sociais e as outras pessoas no período subsequente, o controle dos impulsos e das emoções deixa de ser determinado por pessoas em particular e passa a serem ditados pela interdependência social, pela divisão do trabalho, pelo mercado e pela competição. São estes elementos que determinam os comportamentos socialmente desejados e fazem parecer que eles são criados voluntariamente pelos indivíduos. (MACHADO; QUADROS; TOMÉ, 2018, p. 462)

⁹ Em busca da caracterização que a diferenciava da burguesia e, mais ainda, do povo comum, a nobreza cria para si um conjunto de práticas de vivência e convivência seladas em hábitos e costumes que ornamentam as condutas e afirmam status-quo. Paul Lafargue, em artigo, exemplifica que desde o vestir-se, passando pela etiqueta comportamental, chegando mesmo à linguagem são projeções deste empreendimento.



A nobreza, pois, tem seu *status quo* superestimado na soma da graça e leveza das atividades realizadas e no retrato criado de que são fim último da civilidade muito mais que estética — necessária. Ornada de educação, é culta, tem exímia oratória, controle sobre os impulsos e, mesmo se de menor poder aquisitivo, possui a riqueza mais importante e mais respeitada — aquela recebida de berço, sem esforço físico algum (MACHADO; QUADROS; TOMÉ, 2018, p. 451). Na cortesia primária norteadora da civilização das condutas é reconhecível a persona antropocêntrica puramente contextual que dá novos ares ao decurso, ao tempo que convive junto da mentalidade de outrora; novos ideais são lançados, mas nada muda da água para o vinho, do dia para a noite.

O antropocentrismo, palavra-chave quando do defronte com tal conteúdo na educação básica — erroneamente entendida como processo que destitui inteiramente o teocentrismo e as questões religiosas —, é percepção que sutilmente instala-se no ambiente, convivendo com as mentalidades religiosas trazidas do medievo. A significância de pôr o homem no centro das coisas não destitui a mentalidade cristã presente do momento, ao contrário, retroalimenta-se dela para resistir; não a combate, tampouco a anula, no entanto convive junto a ela e muitas vezes utiliza-se dela para justificar-se, ao ponto de ter como feitio a ligação direta com o Homem: o direito divino é justamente a maior proeza realizada pelo caráter antropocêntrico, a primeira vista é a confirmação do legado e subserviência à fé — passa o ar de que busca em Deus, e somente em Deus, seus fundamentos, expressando uma razão cristã —, porém as entrelinhas mostram nada mais que a elevação da efígie humana, essencialmente humana, ao caráter divino; um rei — homem de carne e osso — é enviado pelo Sagrado, logo, sagrado também é. Se o antropocentrismo diz respeito ao “homem no centro das coisas”, é preciso compreender que a centralidade e individualidade humana forja-se, por mais contraditório que possa parecer, no campo religioso também.

Observar as ambiguidades presentes na visão de mundo dos homens no Renascimento Cultural é valorizar em muitos aspectos a compreensão da mudança, das transformações, bem como, ao mesmo tempo, compreender as permanências no processo de compreensão da visão de mundo do homem renascentista; pois, na fluidez do conceito de renascença, os valores modernos e medievais convivem lado a lado, de forma ambígua. (CASTRO, 2005, p. 13)

O indivíduo renascentista, produto e produtor do quadro existente, é obra-prima da alvorada que lança-se sobre o novo dia, e da penumbra acentuada feita desta coexistência das velhas e novas percepções é tão luz e sombra compositiva que assemelha-se, senão, às pinceladas de Rembrandt. Este, portanto, sendo o centro das transformações e



continuidades, vê diante de seus olhos as dinâmicas transformarem-se e, como massa de manobra, modela a si e o todo a partir dos encaminhamentos que dão rumo à nova configuração. A antítese do pensar é máxima também no agir, as amarras medievais aos poucos se afrouxam e o sujeito vê-se diante da realidade donde vislumbre de mudança o cerca a começar pelo fator econômico.

O olhar para a nova classe mercantil que emerge provoca o balanço das estruturas sociais antes rígidas, acuando a ideia do determinismo divino e sua estamental conservação da condição classista (FRANCO JÚNIOR, 1983, p. 84); quando esta apreensão encontra-se às fissuras já abertas da crise epistemológica a qual a Igreja encontrava-se, o resultado é não mais que a virada de chave de uma das muitas fechaduras que guardam as mentalidades e, em suma, as raízes do sistema. Posta a revisão e comprovação de uma certa falibilidade constituída pelo viver socio-hereditário do modo de pensar a condição social, bem como a soma ao já inflamado cenário das ramificações clericais protestantistas, os demais espaços encontram terra fértil para a promoção da mudança; se o sagrado — e o sagrado, mais que tudo, aquilo que em tese para os fiéis é mais íntimo e mais certo — encontra-se no eixo de discussões, o questionamento aos demais pontos que permeiam a sociedade torna-se questão de tempo; e tempo é justamente o que o Renascimento precisa e faz uso para vingar tudo o que lhe é atribuído.

O Renascimento europeu dos séculos XV e XVI constituiu a afirmação de uma *nova* cultura que ambicionava realizar a síntese entre o legado filosófico, estético e literário da Antiguidade Clássica e a tradição da espiritualidade cristã. Essa *nova* cultura, que começou a ganhar as consciências europeias a partir de Florença, nos inícios de quatrocentos, exprimia os valores de uma sociedade progressivamente individualista e mercantilizada, dominada por poderes laicos e religiosos que, no decurso de diversas conflitualidades (que atravessam, por vezes radicalmente, toda a Europa), aprenderam a delimitar melhores suas esferas de actuação. Deste modo, tanto o pensamento como o Estado enquanto expressão organizada dos Povos iniciaram o lento processo de autonomização face aos constrangimentos anteriormente colocados à sua liberdade e plena manifestação. (PEREIRA, 2002, p. 30 — grifos do autor)

Primordialmente, o campo religioso é fissura-mor que, inconscientemente, impulsiona demais colocações e, da mesma forma, espelha as constâncias sócio-políticas do enredo; a ramificação protestante alarma o clero e durante o que se precede a atenção voltada para sua renovada unicidade se assemelha ao centralismo absolutista ansiado pelos déspotas para com o poder de suas regiões reinantes, as quais, por conseguinte, também se assemelham na incapacidade de terem seus projetos plenamente efetivados no primeiro século — o projeto de absolutismo monárquico decerto galgou passos mais firmes, tendo



em vista que na figura de Luís XIV (ANDERSON, 2004, p. 101) ao menos fez jus ao intento, ainda que nos meados do seiscentos e do setecentos em seus pouco mais de um século efetivo, ao contraponto que a Igreja jamais se manteve uma desde os séculos primários seguintes ao primeiro milênio.

A configuração de uma ideia de Estado que surge move prudência da massa para com o topo da pirâmide — mais especificamente à cabeça coroada — e em contrapartida gera classificação de distinção do topo para com esta base, agora não mais pautados somente no poder político e econômico, mas cultural, no cooptação dos novos modelos que denotam civilidade e barbárie. Por todo lado, o Homem nunca tivera tanto espaço — de líderes religiosos, surgem vertentes cristãs; de líderes políticos a centralização e mesmo o próprio Estado¹⁰; dos ideais de Homem, o cortês e o inculto; da arte, os traço, a leveza e o culto à beleza das forma humanas — todavia, o mais novo espaço que ocupa também se alicerça nos preceitos socialmente incrustados do “antes” — uma nova vertente do cristianismo para se aproximar do Sagrado imaculado; um monarca que se eleva sob a vontade de Deus; uma arte que exalta a criação do Senhor — ideias que convivem simultaneamente num longo processo que formula as continuidades e descontinuidades do Medievo e da Renascença.

Talvez pela urgência e emergência que revestem as transações quotidianas do globalizado século XXI, costumamos acreditar que, na velocidade da luz, o tempo se transforma e a vida se faz outra, mas se possível analisar as ações históricas e a percepção humana para com elas (motivação implícita destes escritos), ver-se-á que, mesmo na distância quase milenar, ainda mantemos práticas e credos medievais, quiçá então o vizinho temporal que propõe o Renascimento justamente do ponto de partida, daquilo que antecede, a dita Idade das Trevas. A verdade, portanto, mais se aproxima na consistência de um Renascimento que é fusão dos cabos extensores das instituições vigentes e suas especificidades — promovidas por suas reformulações, crises e sucessões próprias — que convergem no nascedouro e desenvolvimento daquilo denominado Idade Moderna, o fruto de compassos e descompassos de práticas corriqueiras que se renovam mais rápido do que a mentalidade geral consegue, de fato, acompanhar. Inegavelmente há disparidades entre o medievo e o renascer dos preceitos clássicos, mas não sob a tinta maniqueísta que o século das luzes projeta: o Renascimento, pois, é tão constância e continuidade quanto qualquer outro excerto temporal, e sua novidade nem de longe anula sua hereditariedade. Possivelmente seja esta a suma beleza da História, o fascínio processo carregado dos ventos do ontem e do hoje que movem caravelas no encontro do novo mundo no amanhã,

¹⁰ Em alusão à famosa frase atribuída ao Rei-sol “*L'État c'est moi*” — “O Estado sou eu”.



ventos nem tão invisíveis, nem mesmo intocáveis, mas cuja essência permanece a mesma das brisas oceânicas: impulsionar o barco humano rumo ao infinito temporal e ao além espacial de corpos e mentes singulares.

VENTOS IMPRESSOS, PALAVRAS VOLÁTEIS

Sendo o insurgir da Idade Moderna o fruto de processos graduais que reformulam, se instalam e coexistem com as práticas e preceitos medievais, é notável que o caráter revolucionário atribuído ao período só encontra terra fértil nas narrativas ordenadas do campo iluminista de aversão a uma pretensa Idade das Trevas. Contudo, o desenrolar que contempla até este momento não nega — pelo contrário, afirma — o teor carregado de inovação que o excerto temporal apresenta, não o elencando enquanto essência de toda a temporalidade, mas a encara enquanto fenômeno natural do processo histórico e das particularidades despidas de projeções e preconceitos. Novos ares cercam todo e qualquer recorte temporal ao passo que a mentalidade também resiste ao seu chegar: do Império Romano, o classicismo dos helenos coabita com o ferrenho expansionismo característico; o medievo carrega os traços da antiguidade que o antecede juntamente com a intensificação da religião que dela herda em concomitância à reformulação do papel da instituição sagrada nos diversos espaços; a Idade Moderna, pois, não difere da contemplação, amalga distintos panoramas e lhes dá unicidade complexa. Dos novos eventos e das estruturas que são montadas dentro do contexto dotado das mesmas relações e percepções medievais, motivações surgem ao mesmo tempo em que são produtos da mutualidade de defluir e influir na sociedade circunjacente.

Ao olhar para a superfície dos processos que dão o retrato de ruptura — a Reforma Protestante, o absolutismo monárquico e o reconhecimento de toda a sociedade para com este modelo, o teor antropocêntrico infiltrado no meio cultural, por exemplo — observa-se o que a priori apresenta-se como mudanças tremendas, mas não sendo possível enxergar o espírito que possibilita seus decursos. Ainda assim, dos meandros desta história é possível ao menos elencar um dos certos agentes responsáveis pelo desenrolar da edificação destas estruturas reformuladas. Este agente, pois, não se mostra revolucionário, nem tampouco o é, mas a atuação em favor daquele contexto possibilitou reorganização das estruturas conjuntivas de então.

A estética que padroniza uma certa liberdade do jugo feudal atribuído ao Renascimento dá-se, em linhas gerais, pelo grau do espírito racionalista; das ideias, surgem



a crítica, da crítica a mudança, da mudança a prosperidade intelectual¹¹. De fato, o pensar é intermédio do agir e do conseqüente transformar, não obstante, de que vale o pensamento recluso, limitado espacialmente, não difundido? Preso em uma só mente, ou um pequeno círculo que seja, como o reconhecimento e a crença a um certo ideário dá-se se limitado de contornos e desprovido de portal que o enuncie, dissemine? O renascimento é munido de ideias e pensamentos próprios como toda e qualquer temporalidade também o é, mas se algumas dessas construções racionais fizeram história e gravaram marca no tempo isso se deve justamente porque o pensamento não se ateve ao lócus parental, longe disso, galgou e expandiu-se por diferentes fronteiras. O registro impresso, então, constitui-se trâmite basilar da conjuntura disposta no papel tanto de resguardar a fala quanto de acessá-la com maior facilidade e, em tese, sem mediações.

A partir de Gutemberg, os impressos tornam-se com maior força o espírito propiciador da organização do nascer e desenvolver da Idade Moderna. Com os livros, as ideias não se restringem a uma única mente, a um único espaço. Decerto as teses pregadas em Wittenberg não se restringiram à geografia germânica, muito menos os tratados de etiqueta se limitaram a *Versailles*; difícil é pensar o insurgir de tais querelas e o transcorrer de toda uma temporalidade sem que algo às dê carona e as façam ser, no mínimo, apresentadas; distante é pensar que uma Reforma Cristã pautada na individualidade da salvação pela própria fé e graça e no livre entendimento das escrituras vingasse em circunstâncias das quais a produção literária não fosse nem de perto uma realidade.

A imagem do livro, na Renascença europeia, por si só, circula sem deixar de ser percebido, superestimado — ao contrário — é considerado artigo de distinção e luxo pela sociedade renascentista, capaz inclusive de mudar as disposições ambientais do lar e dos componentes deste (como os móveis, as salas, a decoração, por exemplo)¹² gerando mesmo uma “hierarquia de arrumação” (CHARTIER, 2003, p. 192) em torno de si. Acerca desta nova disposição, a biblioteca talvez seja peça que vale destacar uma vez que sua instauração compreendia função além da óbvia obrigação de acolher livros, de ser recinto exclusivo dos objetos com fins literários; a biblioteca, por assim dizer, era palco de duas ações cruciais para a sementeira de pensamentos, antagônicas em primeiro momento, mas

¹¹ A elucidação mais uma vez ilustra a genética iluminista atribuída à temporalidade; narrativas possuem o DNA do espaço-tempo formulado, muito mais dizem respeito sobre quem a cria do que sobre aquilo que se fala. Traços vistosamente ligados à criticidade exacerbada e à racionalidade metódica constituem atributos próprios do século XVIII.

¹² Chartier (2003) aponta que dada a valiosidade entendida na figura do livro, uma vez tomada a posse do objeto — e a medida que este foi incorporando-se ao ambiente doméstico — móveis e espaços específicos começaram a ser pensados para abrigar e conservar os impressos.



complementares quando melhor analisadas: o leito dos livros também era lugar de reflexão e, em contraponto conexo, lugar de sociabilidade (CHARTIER, 2003, p. 195).

Em meio aos instrumentos que denotam clareza, o afogar nas ideias da reflexão precede o compartilhamento delas que a sociabilidade permite, aqui o caráter oculto de movimentação das estruturas se mostra em virtude do momento. Anteriormente elucidadas, as relações cordiais que regiam o código de distinção eram respaldadas no prestígio, elemento crucial na validação e reconhecimento do que se é idealizado e enunciado. À exemplo das bibliotecas, o conjunto das pequenas ideias próprias do momento embaladas pelos códigos comportamentais fazem com que, ao uso, a sociabilização do pensar encontre fecundidade à vista de tais relações, pois o prestígio, em “maior ou menor grau desfrutado por um indivíduo, determinava a influência que exerceria ou receberia do outro.” (MACHADO; QUADROS; TOMÉ; 2018, p. 451) e a influência interiorizada a partir do apresentado, ramifica-se e estende-se até fora das salas literárias, envolvendo toda a sociedade, dos leitores aos analfabetos.

Num mundo do oral e do gesto, as cidades tornam-se as ilhas de uma cultura diferente, escritural e tipográfica, da qual participa, pouco ou muito, direta ou imediatamente, todo o povo urbano. E é na escala dessa nova cultura, apoiada sobre o mais novo de todos os suportes da comunicação, que serão doravante medidas todas as outras, assim desvalorizadas, recusadas, negadas. (CHARTIER, 2003, p. 128)

Também nesta perspectiva, mesmo os indivíduos desprovidos do objeto em sua posse nominal davam-se à subterfúgios para o contato com ele, possibilitando mais uma vez que o ânimo consequente da personificação das ideias corresse pela ambiência. O empréstimo de volumes de leituras, sendo uma destas estratégias, mais uma vez contribui no tocante à circulação dos ideários engrandecidos pelas inúmeras percepções individuais passíveis de compartilhamento e convergência à outras quando estas põem-se *vis a vis*. Para além dos empréstimos e mesmo antes dos gabinetes de leitura¹³, a comercialização e circulação de uma leitura popular pouco a pouco instala-se e contempla as camadas médias e (ainda que em ínfimo grau) baixas da pirâmide social:

O impresso ‘popular’ tem, portanto, uma significação complexa: por um lado, ele é recuperação para o uso de um novo público e por uma nova forma de textos que pertenciam diretamente à cultura das elites antes de cair em

¹³ Espaços literários proporcionados por livreiros que, objetivando aumentar o comércio, possibilitam que interessados possam inscrever-se para, vez ou outra, poder ter acesso às novidades da oficina. Para Chartier (2003), a prática é tida como opção acessível que difere das grandes bibliotecas públicas — estas apesar da denominação que remete ao popular, em suma, atendia apenas aos letrados e mais abastados.



desgraça, mas, por outro, ele contribui para ‘desclassificar’ os livros que propõe, que se tornam assim, aos olhos dos letrados, leitura indigna deles, já que são próprias do vulgo. As estratégias editoriais engendram, portanto, de maneira despercebida, não uma ampliação progressiva do público do livro, mas a constituição de sistemas de apreciação que classificam culturalmente os produtos da imprensa, fragmentando o mercado entre clientelas supostamente específicas e desenhando fronteiras culturais inéditas. (CHARTIER, 2003, p. 129)

A reverberação, fruto da reflexão e sociabilidade, no entanto, não assenta-se somente na disposição dos caracteres que formam palavras, lembremo-nos: longe do retrato do nascedouro de grandes gênios a Idade Moderna muito mais se caracteriza pelo analfabetismo que acomete a população. Apesar do fator impeditivo do tato direto com a grafia documentada, as vozes da comunicação não são caladas, mas adaptam-se na forma de imagens, abrangendo outro público e complementando o melhor entendimento daquele alfabetizado que carece do recurso visual. Frente a imagem, todos os providos de visão lêem, refletem e, se necessário for, a oralidade arremata qualquer pendência.

Nos séculos XVI e XVII, sob formas diversas, que quase sempre autorizam uma dupla leitura, a do texto e a da imagem, a imprensa difundiu amplamente um material tipográfico abundante, destinado a ser afixado, colado nas paredes das casas e das igrejas, dos quartos e das oficinas. É fora de dúvida, portanto, que, desse modo, ela transformou profundamente uma cultura até então privada do contato com o escrito. Semelhante modificação, que tornava familiar o escrito impresso, necessário para uma plena compreensão das imagens que eram mostradas, foi certamente decisiva para que uma alfabetização urbana, ao mesmo tempo forte e precoce, criativa, a prazo, fosse levada de um mercado “popular” para o livro. (CHARTIER, 2003, p. 113)

A prática da utilização da imagem para suscitar o entendimento e provocar ecos a partir do que se deseja enunciar não é novidade, os detalhes de qualquer catedral gótica, com seus vitrais, esculturas e afrescos já tinham o papel de catequizar com um simples olhar. Entretanto, o relativo fomento da produção e, sobretudo, a utilização de meios potencialmente mais acessíveis pôde elevar a prática à utilidades aperfeiçoadas, seja na construção de narrativas arquitetadas¹⁴, seja no intrínseco *modus operandi* talante à Renascença. Na verdade, o impresso como um todo exala e impulsiona as questões renascentistas, pois sendo acima de tudo contato e diálogo, avivam pensamentos que nascem e os distribuem pelo terreno consolidado pelas sucessivas implicações de um passado que nem mesmo a enunciação impressa escapa ou se destaca: convivendo com a

¹⁴ Segundo Chartier, ainda no século XVI a relevância da imagem impressa é captada para o que toca os fins de campanha política atrelados ao valor da mensagem. Já em 1594, Henrique IV utilizou-se de todo um conjunto de imagens para propagandear as ações reais e autopromover o retrato do soberano.



cultura oral e manuscrita, e sendo incapaz de pô-las fim, a leitura impressa não provoca convulsão sociopolítica-cultural, mas certamente é engrenagem dos desdobramentos institucionais que tipificam a Modernidade.

Passando do contato comercial à expansão marítima, da Reforma Protestante à centralização do poder — e abarcando todo o inconsciente antropocentrista — os valores medievais fazem-se presentes nas mentalidades e no cotidiano renascentista assinalando sua historicidade (CASTRO, 2005, p. 34), mas nas entrelinhas de sua conjuntura há ventos que o conduz diante dos mares desconhecidos do dia após o outro; na volatilidade das palavras, a Renascença abre alas para todo o porvir conseqüente que dela, de sua anterioridade e das culturas mais antigas, manterão viva em essência e constantemente atestarão o fluxo contínuo da História que se faz nas linhas e nas entrelinhas de seu caminho.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As complexidades cotidianas que fogem de quaisquer generalizações históricas capciosas no máximo de distanciamento do que por excelência provém, permeiam tracejados importantes: o tempo histórico autogera futuro constante carregando consigo a bagagem substancial que assoma, modela e transforma o novo a partir da carga pilhada das anterioridades que perpetuam no gene construtivo das posterioridades conseguintes. O Renascimento, portanto, convida o Homem a adentrar um espaço que, diante das condições do tempo ininterruptível, aplica novos direcionamentos e assenta caminhos arrojados às muitas estruturas que compõem o todo, embebendo-as de novas visões e diferente trato, bem como fazendo valer o pretense humanismo insurgente em suas vibrações. Contudo, é necessário atentar-se para a verdade da qual, neste mesmo tempo incessante, os aspectos políticos e socioculturais novidativos são, acima de tudo, encaminhamentos de revisões oriundas de contextos primeiros ao que de fato tenta-se assimilar, sendo este Renascimento a correnteza das águas do devir, o local de desdobramentos e não de fim último. É o leito do rio, não sua foz.

Às particularidades pintadas pelas posteriores luzes da *razão* iluminista nos tons da descontinuidade — seja com o mercantilismo e seu fortalecimento do mercado interno gerador de uma nova classe social que foge às regras estamentais divinas, seja a Reforma da religião predominante pautada na fé e na graça como meio de salvação, seja ainda na centralização do poder responsável desde as unidades políticas às territorialmente nacionais, ou mesmo num arco do ideal antropocêntrico motivador do olhar que exerce influência no ambiente socioestrutural acometido agora pelos preceitos de civilidade e distinção — o que se configura quando do vislumbre para com a Idade Moderna vale-se da



autoridade impregnada à contemporaneidade do momento que intersecciona todas as questões e alcança todas as demandas, num sistema que se explica e se completa: não haveria pois espaço para uma Reforma sem a propulsão gráfica de Gutenberg, a nova dinâmica de códigos de conduta distintas não existiriam sem a necessidade de se diferir de algo relativamente tênue à sua margem, ou ainda, ao planificar de uma política centralizada não teria espaço sem o apoio da classe mercantil aparente que investe num projeto vantajoso para si, por exemplo.

No palco do transcorrer de seus séculos, a Idade Moderna movimenta o conjunto vivo de edificações que convergem e dão sentido ao seu ato histórico ímpar sem esquecer que garante a sobrevivência dos hábitos, pensamentos e perspectivas do medievo que o precede: o sol que marca o começo e o fim de um novo dia ainda era o mesmo tanto para uma quanto para a outra temporalidade, e em seus raios nada subtrai, nada perde, nada cria, mas tudo transforma conforme uma identidade singular que renova-se sistematicamente e que, certamente, permanecerá viva enquanto o mundo for mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In:_____. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANDERSON, Perry. França. In:_____. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Lucas da Silva. **Homem e mundo**: ambiguidade e Renascimento. Dissertação (Dissertação de mestrado em filosofia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CHARTIER, Roger. Estratégias editoriais e leituras populares (1530-1660). In:_____. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura: As práticas urbanas da impressão. In:_____. **Leitura e leitores na França do Antigo regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DELUMEAU, Jean. O renascimento como reforma da Igreja. In:_____. **A civilização do Renascimento**. (vol. 1). Lisboa: Estampa, 1983.

DELUMEAU, Jean. As cidades e o campo. In:_____. **A civilização do Renascimento**. (vol. 1). Lisboa: Estampa, 1983.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A crise. In:_____. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.



LAFARGUE, P. A língua francesa antes e depois da revolução. In: **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2019, pp. 46–84. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/22807>. Acesso em: 31/10/2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; QUADROS, Raquel dos Santos; TOMÉ, Dyeinne Cristina. Pensando com Norbert Elias: a construção do conceito de civilidade. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 14, n. 2, 2018, jul-dez, pp. 448-464. Disponível em <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/29/showToc>. Acesso em 31/10/2023.

PEREIRA, Fernando António Baptista. O legado do Renascimento. In: **Arte teoria**. Lisboa, n. 9, 2007, pp. 26-34. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/47631>. Acesso em 10/10/2023.

SILVA, Elizete da. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, v. 7, n. 21, 2015, jan-abr, pp. 161-190. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26581>. Acesso em 10/10/2023.

ULRICH, Claudete Beise. A atuação e participação das mulheres na reforma protestante do século XVI. In: **Estudos de religião**. São Paulo, v. 30, n. 2, 2016, maio-ago, pp. 71-94. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/issue/view/389>. Acesso em 01/11/2023.